

**CONCORRÊNCIA Nº 90002/2026**  
**PROCESSO SECOM nº 090/2025**

**DATA:** 22/06/2026

**HORÁRIO DE ABERTURA:** 10:00 horas

**LOCAL: Portal do Governo Federal:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**CÓDIGO UASG:** 389297

**MODALIDADE:** Concorrência

**Critério de Julgamento:** Técnica e Preço

**Modo de Disputa:** Fechado

**Valor Total Estimado da Contratação:** R\$: 192.320,00

Torna-se público que o(a) **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO**, por meio da Comissão de Contratação, nomeado pela Portaria nº 10.165/2023, sediado(a) à Rua Pamplona, 1200 – Jardim Paulista – São Paulo/SP, CEP 01405-001, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a Contratação de serviços de assessoria/consultoria na área de contabilidade pública, com domínio das normas de brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, como: NBC T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11, com as suas alterações, destacando-se a NBC T 16.6, que prevê os seguintes demonstrativos: Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário, incluindo os anexos de Restos a Pagar; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Incluída pela Resolução CFC n.º 1.437/13), Notas Explicativas (Incluída pela Resolução CFC n.º 1.437/13), bem como em relação a NBC T 16.10, com os conceitos de Redução ao valor recuperável (impairment) e valor justo que também sofrerem alteração e da NBC T 16.11 de que trata de Sistema de Informação de Custos do Setor Público, alcançando as NBC TG - Normas Técnicas Gerais: Estrutura Conceitual aplicadas ao Setor Público, recepcionadas pela Secretaria do Tesouro Nacional — STN, com suas alterações, de forma a cumprir, também, as determinações do Sistema COFECI/CRECI's. A contratação alcançará: patrimônio e sistema de patrimônio; contabilidade pública aplicada ao setor público, de acordo com as exigências do Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e sua evolução, conjugadas com o Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno do Sistema COFECI/CRECISP; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; atos e fatos contábeis do setor público; registros (lançamentos contábeis manuais, por eventos e de forma integrada por importação); controle interno, incorporações, baixas e depreciação mensal de bens móveis e imóveis



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

(regime de competência); amortização mensal do ativo intangível (regime de competência); avaliação, reavaliação e mensuração de ativos e passivos; sistema de formação de custos, além de outras atribuições como: domínio em licitações públicas, de todas as modalidades e tipos; contratos administrativos e privados e termos aditivos; respostas a diligências, audiência e citações decorrentes ou não de prestações de contas ordinárias, tomadas de contas especiais - TCE, preparação de respostas técnicas acerca de denúncias, representações e solicitações do Tribunal de Contas da União; demandas do Ministério Público Federal ou da justiça federal, ou do COFECI, em matérias pertinentes ao objeto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será realizada em único item.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**2.7.** Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3.** sociedades cooperativas;
- 2.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**2.7.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.8.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.9.** O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.11.** A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**3.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**3.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

**3.4.1.** A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

**3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**3.5.1.** a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**3.6.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**3.6.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**3.6.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**3.6.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**3.6.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**3.6.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**3.6.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**3.6.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**3.6.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**3.6.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**3.6.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**3.6.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 3.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preços anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10.** Os documentos complementares à proposta técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 6.11.1

**3.11.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.12.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos, conforme item 10 do Termo de Referência.

**4.2.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.2.1.** Valor anual do item.

**4.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.5.** Os preços ofertados, serão de exclusividade responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.8.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.





CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**4.10.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.11.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**4.13.** Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FASE DE JULGAMENTO**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3., deste Edital.

**5.2.1.** Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

**5.4.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo o Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.5.** O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2. **Erro! Fonte de referência não encontrada.**7., do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**5.5.1.** SICAF;

**5.5.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

**5.6.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**5.6.1.** A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**5.7.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**5.7.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**5.7.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**5.7.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**5.8.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

**5.9.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação / Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

**5.10.** Serão desclassificadas as propostas que:

**5.10.1.** conter vícios insanáveis;

**5.10.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

**5.10.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.10.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.10.5.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**5.11.** Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

**5.12.** A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no item 10 do Termo de Referência**.

**5.13.** A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

**5.14.** No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

**5.14.1.** A **Pontuação técnica obtida (T1)** será calculada da seguinte forma:  **$T1 = N1 + N2$** , onde:

T1 = Pontuação técnica obtida,

N1 = Somatório da pontuação obtida – Experiência (aptidão) da empresa licitante e

N2 = Somatório da pontuação obtida – Experiência dos sócios empregados e terceirizados

**5.14.2.** A **Nota final da proposta técnica (NT)** será calculada da seguinte forma:  **$NT = 100 * (PT / T2)$** , onde:

NT = Nota final da proposta técnica obtida,



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

T1 = Pontuação técnica obtida

T2 = Máxima pontuação técnica atribuída entre todos os licitantes

**5.15.** Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

**5.16.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**5.17.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**5.17.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**5.17.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**5.18.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**5.19.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**5.20.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**5.20.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**5.20.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**5.21.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**5.22.** Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

**5.23.** Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 \times NT + 30 \times NP) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;



NP = Nota da Proposta de Preços.

**5.24.** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2., e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

**5.25.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.25.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.25.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.25.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.25.4.** No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

**5.25.5.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**5.26.** Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.26.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

**5.26.1.1.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.26.1.2.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme disposições do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382 de 17 de setembro de 2025;

**5.26.1.2.1.** a comprovação do disposto no subitem anterior deverá ser realizada mediante a apresentação de documentos hábeis emitidos por entidade certificadora competente, contendo, sempre que possível, código de validação, número de registro ou outro elemento que permita a verificação de sua autenticidade, devendo o licitante,



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

ainda, indicar link eletrônico para consulta em sítio oficial ou apresentar meio idôneo que possibilite a conferência da validade da certificação pela Administração.

5.26.1.2.2. em se tratando de certificado nível ouro ou prata emitido pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Agente de Contratação/Pregoeiro realizará a consulta através do link: <https://www.gendersealprivatesector.org/pt/empresas-certificadas-com-o-selo-nacional-de-igualdade-de-genero/>

5.26.1.2.3. a falsa declaração de cumprimento de quaisquer das exigências relativas à Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025, ensejará abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e comunicação do fato às autoridades competentes.

**5.26.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

**5.26.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.26.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.26.2.2.** empresas brasileiras;

**5.26.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.26.3.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.27.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**5.28.** Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

**5.28.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.28.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.29.** O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.30.** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**6.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**6.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**6.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**6.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**6.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**6.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**6.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**6.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**6.9.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

**6.9.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**6.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.10.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**6.11.** A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**6.11.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**6.12.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**6.12.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**6.13.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 6.11.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

**6.13.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**6.13.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**6.13.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**6.13.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**6.14.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**6.15.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.11.1.

**6.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**6.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **7. DO TERMO DE CONTRATO**

**7.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

**7.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**7.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o Conselho para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; c) ou outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**7.4.** Os prazos dos itens 7.2. e 7.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**7.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

**7.6.** Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**7.6.1.** A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [compras@crecisp.gov.br](mailto:compras@crecisp.gov.br)





CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.6. fraudar a licitação;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**9.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**9.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**9.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [compras@crecisp.gov.br](mailto:compras@crecisp.gov.br)

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.crecisp.gov.br](http://www.crecisp.gov.br)

**11.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
- 11.11.2.** ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;
- 11.11.3.** ANEXO III - Minuta do Termo de Contrato.

São Paulo, 29 de abril de 2026

**Comissão de Contratação**

**ANEXO I**

**CONCORRÊNCIA Nº 90002/2026**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>Unidade solicitante</b>	Setor de Contabilidade
----------------------------	------------------------

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de serviços de assessoria/consultoria na área de contabilidade pública, com domínio das normas de brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, como: NBC T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11, com as suas alterações, destacando-se a NBC T 16.6, que prevê os seguintes demonstrativos: Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário, incluindo os anexos de Restos a Pagar; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Incluída pela Resolução CFC n.º 1.437/13), Notas Explicativas (Incluída pela Resolução CFC n.º 1.437/13), bem como em relação a NBC T 16.10, com os conceitos de Redução ao valor recuperável (impairment) e valor justo que também sofrerem alteração e da NBC T 16.11 de que trata de Sistema de Informação de Custos do Setor Público, alcançando as NBC TG - Normas Técnicas Gerais: Estrutura Conceitual aplicadas ao Setor Público, recepcionadas pela Secretaria do Tesouro Nacional — STN, com suas alterações, de forma a cumprir, também, as determinações do Sistema COFECI/CRECI's. A contratação alcançará: patrimônio e sistema de patrimônio; contabilidade pública aplicada ao setor público, de acordo com as exigências do Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e sua evolução, conjugadas com o Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno do Sistema COFECI/CRECISP; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; atos e fatos contábeis do setor público; registros (lançamentos contábeis manuais, por eventos e de forma integrada por importação); controle interno, incorporações, baixas e depreciação mensal de bens móveis e imóveis (regime de competência); amortização mensal do ativo intangível (regime de competência); avaliação, reavaliação e mensuração de ativos e passivos; sistema de formação de custos, além de outras atribuições como: domínio em licitações públicas, de todas as modalidades e tipos; contratos administrativos e privados e termos aditivos; respostas a diligências, audiência e citações decorrentes ou não de prestações de contas ordinárias, tomadas de contas especiais - TCE, preparação de respostas técnicas acerca de denúncias, representações e solicitações do Tribunal de Contas da União; demandas do Ministério Público Federal ou da justiça federal, ou do COFECI, em matérias pertinentes ao objeto, conforme as condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal	Valor Anual
01	Assessoria Contábil - Financeira	760	Meses	12	R\$ 16.026,67	R\$ 192.320,00





**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

- 1.2. Não haverá fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O serviço é enquadrado como continuado.
- 1.6. Havendo divergência entre a descrição dos serviços no CATSER e a descrição contida neste documento, prevalece a última.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O CRECISP, por se tratar de autarquia de direito público, criada pela Lei nº 6.530/78 com suas alterações, se subordina ao atendimento da Lei nº 4.320/64, Lei nº 14.133/2021 com suas alterações, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU, no que couber), Decreto Lei nº 200/67, Regimento Interno do TCU (no que couber), Acórdãos e demais Decisões oriundas do Tribunal de Contas da União; normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público; Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e sua evolução, conjugadas com o Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno do Sistema COFECI/CRECI's; Regimento Padrão dos CRECI's, Regimento Interno do COFECI, Regimento Interno do CRECISP, Resoluções e normas do COFECI, jurisprudências da Justiça Federal aplicadas ao Setor Público, além das demais legislações aplicáveis aos Conselhos Profissionais.

2.2. Há a necessidade de assessoria contábil-financeira, uma vez que é um dos órgãos de apoio do CRECI-SP, conforme preceitua o art. 21 do RI, bem como a Necessidade dos atos e fatos contábeis guardarem conformidade com o Sistema COFECI/CRECI's, resguardando-os de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, além das legislações aplicáveis aos Conselhos Profissionais, de forma a recepcionar as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Justiça Federal, Auditoria Interna, bem como da Auditoria Independente.

2.3. A contratação será realizada por Licitação na modalidade Concorrência, Art. 28, II da Lei 14.133/2021, em sua forma eletrônica, com base no critério de julgamento técnica e preço (Art.6º, XXXVIII, "c" da Lei 14.133/2021), tendo em vista tratar-se de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme definido no Art. 6º XVIII, "c" da Lei 14.133/2021.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

### **3.1. Os serviços compreendem:**

3.1.1. Assessorar o Conselho Fiscal nas explicações técnicas e elaboração de minutas de relatórios circunstanciados, referentes a balancetes mensais a serem encaminhados ao COFECI de forma trimestral, reformulações orçamentárias e prestações de contas anuais, antes de cada reunião convocada por força do Regimento Interno do CRECISP, de forma a proporcionar as condições técnicas para que o mesmo venha a proferir seu parecer;

3.1.2. Fornecer elementos técnicos para subsidiar respostas aos recursos interpostos no âmbito administrativo referentes a impugnações contra editais e atos em geral praticados pela Comissão Permanente de Licitação, ou Comissões Especiais, ou pelo Pregoeiro;



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

- 3.1.3.** Fornecer elementos técnicos aos setores competentes do CRECISP para subsidiar informações e respostas ao Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Justiça Federal e COFECI, na fase de instrução ou nas situações em que venha o CRECISP a figurar no polo passivo ou na condição de terceiro interessado;
- 3.1.4.** Responder formalmente, em conjunto ou não com a chefia do Setor de Contabilidade, aos apontamentos e questionamentos consignados em relatórios elaborados pela Auditoria Interna, ou pela Auditoria Independente, ou, ainda, pela Auditoria do COFECI, no que diz respeito aos assuntos pertinentes ao respectivo Setor, assim como outros da mesma origem, sempre que instado a fazer, alcançando, também, respostas decorrentes de demandas do COFECI;
- 3.1.5.** Assessorar na elaboração de minutas de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, por meio de incorporações ou reformulações e remanejamentos de créditos orçamentários e de itens de receitas, quando houver, submetendo-as ao Jurídico, via Superintendência;
- 3.1.6.** Assessorar a Comissão designada anualmente para elaboração do plano de ação e proposta orçamentária do CRECISP, participando das reuniões quando convocada;
- 3.1.7.** Orientar e acompanhar tecnicamente o reconhecimento de receitas e execução orçamentária de anuidades de pessoas físicas e jurídicas do exercício; execução de receitas antecipadas, observando o art. 35 da Lei nº 4.320/1964; execução das receitas patrimoniais e de serviços, assim como das outras receitas correntes, incluindo a dívida ativa (anuidades, multas eleitorais, multas disciplinares e multas do exercício ilegal da profissão), oriundas de cobranças administrativa e executiva, ou de termos de confissão e novação de dívida, como forma de atender as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, emitindo opinião técnica quando houver impropriedades;
- 3.1.8.** Orientar quanto a contabilização de parcelamentos de créditos tributários e não tributários, decorrentes de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, multas eleitorais, multas disciplinares e multas do exercício ilegal da profissão;
- 3.1.9.** Orientar quanto a execução de receitas de capital, de acordo com o regime de competência, como forma de atender as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, emitindo opinião técnica em caso de haver impropriedades;
- 3.1.10.** Orientar e acompanhar a execução do orçamento, envolvendo as despesas de custeios, investimentos, inversões financeiras e transferências de capital, de acordo com o regime de competência, como forma de atender as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, emitindo opinião técnica em caso de haver impropriedades;
- 3.1.11.** Orientar aos Setores de Contabilidade e Patrimônio, quanto a ajustes, depreciações, amortizações, reavaliações, incorporações e baixas de bens patrimoniais (móveis e imóveis) ou do ativo intangível, de acordo com o que estabelece as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, em consonância com a Lei nº 4.320/64, incluindo os reflexos patrimoniais no inventário físico anual, a cargo do Setor de Patrimônio e os eventuais termos de comodatos concedidos ou recebidos;
- 3.1.12.** Orientar quanto à elaboração de balancetes mensais a cargo do Setor de Contabilidade, a serem encaminhados ao COFECI de forma trimestral exigidas pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, observando a Lei nº 4.320/64, o regimento do COFECI, o Regimento Padrão dos CRECI's, o Regimento Interno do CRECISP e demais legislações aplicáveis aos Conselhos profissionais;



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

- 3.1.13.** Orientar quanto à necessidade de abertura de novas contas no Plano de Contas e de alteração do sistema computadorizado, de forma a proporcionar o pleno atendimento das normas brasileira de contabilidade aplicadas ao setor público;
- 3.1.14.** Assessorar o Setor de Contabilidade na elaboração do processo de Prestação de Contas Anual, Relatório de Gestão Anual, demonstrações contábeis e notas explicativas, em estrita observância as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e as determinações do Tribunal de Contas da União;
- 3.1.15.** Fornecer informações por escrito e/ou verbal a Diretoria, ao Conselho Pleno (Plenário) e ao Conselho Fiscal do CRECISP e a Superintendência, sobre assuntos envolvendo a contratação, quando instado a fazer;
- 3.1.16.** Participar, quando convocada, das reuniões do Conselho Fiscal, da Diretoria e do Conselho Pleno (Plenário), que tenham como objetivo a apreciação e aprovação de balancetes, Plano de Ação, Proposta Orçamentária Anual, Reformulações e remanejamentos de itens de receitas e créditos orçamentários, assim como das Prestações de Contas Anuais e de outros assuntos que envolvem o objeto da contratação;
- 3.1.17.** Assessorar quanto às classificações contábeis dos atos de gestão com reflexos contábeis patrimoniais, orçamentários e contas de controle, acompanhando todos os serviços contábeis, de forma a cumprir as determinações das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e do Sistema COFECI/CRECI's;
- 3.1.18.** Orientar quanto a elaboração dos levantamentos referentes a cota-parte do COFECI;
- 3.1.19.** Orientar quanto à preparação, elaboração e desenvolvimento do inventário físico dos bens móveis e imóveis e ativos intangíveis, a cargo do Setor de Patrimônio, que tem a obrigação anual de fazê-los, alcançando o controle mensal, trimestral e anual do estoque em almoxarifado, referente a material de consumo ou equivalente, incluindo as demonstrações e os Termos de Conferências;
- 3.1.20.** Orientar quanto à possibilidade de aplicação das disponibilidades financeiras líquidas em bancos oficiais, de forma a procurar restabelecer o poder de compra da moeda, evitando-se aplicações de risco;
- 3.1.21.** Assessorar as provisões de 13º salário e férias, com os encargos incidentes, do passivo circulante, bem como o reconhecimento do "Passivo não circulante", decorrente de ações trabalhistas e cíveis interpostas contra o CRECISP, com "status provável", de acordo com os entendimentos do COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - PRONUNCIAMENTO TÉCNICO - CPC 25, aprovado pela Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis do dia 26 de junho de 2009, e, também, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na Deliberação nº 594/2009, do dia 15 de setembro de 2009, em Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37;
- 3.1.22.** Orientar quanto aos ajustes de prováveis perdas sobre créditos tributários e não tributários, incluindo empréstimos concedidos e outros ativos, aplicando a metodologia aceita pelo Acórdão nº 977/2018 – TCU – Plenário, c.c. o Pronunciamento Técnico CPC 38;
- 3.1.23.** Orientar quanto as baixas de créditos tributários e não tributários da fase administrativa, ou seja, sem ajuizamento de ações da justiça federal, por prescrição ou decadência, tendo-se como parâmetro a periodicidade quinquenal (5 anos), conforme Código Tributário Nacional;



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

- 3.1.24.** Orientar a emissão de nota de reserva ou pré-empenho, notas de empenhos: ordinário, global e em estimativa, liquidação e pagamento de despesas, inscrições à favor de fornecedores, prestadores de serviços, inscrições em Restos a Pagar – processados e não processados, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público;
- 3.1.25.** Orientar quanto aos registros em contas de controle - ATOS POTENCIAIS - PASSIVO CONTINGENTE - decorrentes de ações cíveis, trabalhistas e outras contra o CRECISP, nos “status possível e remoto”, observando os itens 27 e 28 do CPC 25;
- 3.1.26.** Orientar quanto as concessões de adiantamentos por meio de Portarias, à título de “suprimentos de Fundos”, com prévio empenho, observando o prazo de aplicação, devolução de saldos e prestações de contas, nos limites autorizados, tendo-se como paradigma a Lei nº 4.320/64, c.c. as Leis nº 8.666/93 e 14.133/21, de forma a evitar, também, pretensos fracionamentos de despesas;
- 3.1.27.** Orientar quanto a classificação contábil de acordo com as contas patrimoniais, grupo 1, os itens receitas e elementos de despesas, com os reflexos nos grupos 3, 4 e 6, além das contas de controles, do Plano de Contas;
- 3.1.28.** Orientar quanto a carga tributária a ser retida na fonte sobre serviços prestados por contratadas prestadoras de serviços referentes a ISSQN, observando as determinações contidas na Lei Complementar nº 116/2003 e suas alterações (art. 3º - regra - e exceções previstas nos incisos I a XXV, c.c. a lista de serviços anexa a LC) e as legislações municipais, principalmente no que diz respeito ao local da tributação, além das retenções por força da IN-SRN 1.234/2012, com suas alterações e outras condições por força de dispositivos legais (INSS, etc);
- 3.1.29.** Orientar quanto as escriturações das Notas Fiscais Eletrônicas s/ prestações de serviços no município de São Paulo e fora dele;
- 3.1.30.** Efetuar os trabalhos junto ao Setor de Contabilidade, evitando-se conflitos ou entreveros com as atribuições da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, de forma que a gestão administrativa possa obter o melhor resultado;
- 3.1.31.** Responder a todas as consultas feitas pela Superintendência, Setor de Contabilidade e demais Setores, ou departamentos, acerca de demandas que tenham relação ou correlação com o objeto do Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Trata-se de contratação de empresa do ramo (pessoa jurídica), com conhecimento específico na prestação de serviços de assessoria/consultoria na área de contabilidade pública, de caráter continuado, inicialmente por 12 (doze) meses, do tipo técnica e preço e que atenda a fase de habilitação, incluindo atestados de capacidade técnica operacional e profissional, alcançando a experiência nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, como: NBC T 16.1 a 16.11, destacando-se a NBC T 16.6, que prevê as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário, incluindo os anexos de Restos a Pagar; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Incluída pela Resolução CFC n.º 1.437/13), Notas Explicativas (Incluída pela Resolução CFC n.º 1.437/13), bem como em relação a NBC T 16.10, com os conceitos de Redução ao valor



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

recuperável (impairment) e valor justo que também sofrerem alteração e da NBC T 16.11 de que trata de Sistema de Informação de Custos do Setor Público, alcançando as NBC TG - Normas Técnicas Gerais: Estrutura Conceitual aplicadas ao Setor Público, com suas alterações, de forma a cumprir, também, as determinações do Sistema COFECI/CRECI's.

**4.2.** Os serviços são caracterizados como técnico de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Concorrência.

**4.3.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo-se em quaisquer das atividades previstas no art. 3º aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**4.4.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**4.5.** A contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**4.6.** Executar o contrato conforme especificações deste instrumento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas

**4.7.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**4.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**4.9.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**4.10.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**4.11.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**4.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

**4.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.





**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

- 4.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 4.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 4.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- 4.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 4.21.** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 4.22.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 4.23.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico
- 4.24.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 4.25.** A Contratada deverá disponibilizar preposto para atender na Sede da Contratante, sito a Rua Pamplona, nº 1.200 – Jardim Paulista – Município de São Paulo – SP, mensalmente por 02 (dois) dias úteis conforme disponibilidade da contratada, das 08h30 às 17h30.
- 4.26.** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, tributos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas e seguros, bem como quaisquer outros relacionados com a prestação dos serviços.
- 4.27.** Prestar pontualmente os serviços.
- 4.28.** A Contratada deverá colocar à disposição do CRECI-SP um profissional para o atendimento das demandas, onde serão disponibilizados, pela Superintendência, os processos visando à opinião técnica, ficando esse profissional continuamente a disposição para atender, de pronto, as demandas, podendo, em sendo necessário, requerer a substituição, desde que o substituto apresente as condições estipuladas no Edital (projeto básico) e no instrumento contratual.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**4.29.** O profissional da Contratada ficará a disposição de forma continuada do CRECI-SP se reportará a Superintendência, sendo que a maioria das demandas decorre do Setor de Contabilidade.

**4.30.** Não se comprometer perante terceiros, dando o instrumento contratual como garantia ou compensar direitos de créditos decorrentes da execução dos serviços ora pactuados em operações bancárias e/ou financeiras, sem prévia autorização expressa do CONTRATANTE.

**4.31.** No caso da empresa Contratada for Sociedade empresária estrangeira deverá apresentar: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**4.32.** Outras obrigações previstas na minuta do instrumento contratual.

**Sustentabilidade**

**4.33.** Deverá a empresa contratada adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia) que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

**Indicação de marcas ou modelos**

**4.34.** Não se aplica

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

**4.35.** Não se aplica

**Da exigência de carta de solidariedade**

**4.36.** Não será exigida carta de solidariedade.

**Subcontratação**

**4.37.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

**4.38.** Não será exigida garantia de execução do contrato, mas a Contratante poderá reter, do montante a pagar valores, para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada.

**Vistoria**

**4.39.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução ou entrega dos serviços.

**Instalação de escritório**

**4.40.** Considerando que o objeto desta contratação é de execução intelectual e pode ser realizado de forma on-line, não há a necessidade de instalação de escritório físico no Município de São Paulo.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Execução**

**5.1.** O início da execução dos serviços será em até dez dias após assinatura do contrato.

**5.2.** A rotina de execução do serviço se dará diariamente por meio de contatos via e-mail da Superintendência e/ou Setor de Contabilidade para esclarecimento de dúvidas e/ou orientações no que compete a fornecimento de elementos técnicos para subsidiar:

**5.2.1.** Respostas sobre recursos interpostos referentes a impugnações contra editais,



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**5.2.2.** Respostas ao Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Justiça Federal e COFECI,

**5.2.3.** Respostas sobre questionamentos/apontamentos pela Auditoria Interna, Auditoria Independente e/ou Auditoria do COFECI,

**5.2.4.** Retenção de impostos dos serviços tomados pelo CRECI-SP, bem como, escrituração de notas fiscais no município de São Paulo e fora dele,

**5.2.5.** Repactuação de contratos

**5.3.** Prestará assessoramento diário ao Setor de Contabilidade e demais setores no que compete a:

**5.3.1.** Abertura de crédito adicionais suplementares e especiais, por meio de incorporações ou reformulações e remanejamento de créditos orçamentários,

**5.3.2.** Reconhecimento de receitas, execução orçamentária, execução de receitas, contabilização de parcelamentos tributários e não tributários, de forma a atender as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público,

**5.3.3.** Elaboração dos levantamentos referentes à Cota Parte do COFECI,

**5.3.4.** Provisões de 13º e férias, reconhecimento do Passivo Não Circulante decorrente de ações trabalhistas e cíveis interpostas contra O CRECI-SP, com status "Provável", registros em contas de controle – Atos Potenciais – Passivo Contingente - decorrente de ações trabalhistas e cíveis interpostas contra o CRECI-SP, nos status "Possível" e "Remoto".

**5.3.5.** Ajustes de prováveis perdas sobre créditos tributários e não tributários, baixa de créditos tributários e não tributários da fase administrativa,

**5.3.6.** Emissão de reservas, notas de empenho, liquidação e pagamento de despesas, inscrições em favor de fornecedores, prestadores de serviço e em Restos a Pagar, de acordo com as normas brasileiras aplicadas ao Setor Público,

**5.3.7.** Concessões de adiantamentos por meio de Portarias.

**5.3.8.** Preparação, elaboração e desenvolvimento do inventário físico dos bens móveis e imóveis e ativos intangíveis.

**5.4.** Os serviços serão prestados na sede da Contratante, em dois dias por mês, a serem definidos pelo CRECI SP, com intuito de reuniões de trabalho, bem como fechamento de relatórios e pendências.

**5.5.** Trimestralmente a Contratada auxiliará o Setor de Contabilidade no fechamento contábil com finalidade de atender ao disposto na Resolução-COFECI nº 1485/2022 quanto à prestação de contas, bem como na elaboração de apresentação para apreciação do Conselho Fiscal.

**5.6.** Anualmente assessorará a comissão designada para elaboração do Plano de Ação e Proposta Orçamentária, participando das reuniões quando de sua convocação.

**Local e horário da prestação dos serviços**

**5.7.** Os serviços serão prestados nas dependências da contratada de segunda a sexta-feira em horário comercial.

**Materiais a serem disponibilizados**

**5.8.** Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, de acordo com as características da contratação.

**Especificação da garantia do serviço**

**5.9.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.10.** A transição contratual se dará por meio de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas de maneira que a nova empresa que continuará a execução dos serviços, obtenha todas as informações para a sua plena execução.

**5.11.** Deverão ser encaminhados os relatórios referentes a última prestação de contas realizada pela empresa Contratada, bem como, planilhas de base de dados utilizado para elaboração da Proposta Orçamentária.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo.

**6.3.** As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

**6.6.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.7.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

**6.8.** Além do disposto acima, a contratada, através do preposto, ou pessoa com poderes equivalentes, deverá comunicar à Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos para realização dos serviços, com a devida comprovação.

**Rotinas de Fiscalização**

**6.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

**6.10.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.11.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.12.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.13.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.14.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.15.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.17.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**Fiscalização Administrativa**

**6.18.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.19.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.20.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**Gestor do Contrato**

**6.21.** O gestor do contrato:

**6.22.** Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.23.** Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).





**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**6.24.** Emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.25.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.26.** Deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.27.** Deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Relatório Circunstanciado ou Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou Relatório para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.2.1.1.** não produzir os resultados acordados,

**7.2.1.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.2.1.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3.** A utilização do Relatório Circunstanciado ou IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Do recebimento**

**7.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.5.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.6.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.7.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**7.8.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.9.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal do serviço.

**7.10.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.11.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.12.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

**7.13.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.14.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.15.** Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.16.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por empregado ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.16.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.16.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.16.3.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.16.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**7.16.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.17.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.18.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.19.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

**7.20.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.21.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.22.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.23.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.24.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.25.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.26.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**7.27.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.28.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.29.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

**7.30.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.31.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

**Forma de pagamento**

**7.32.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.33.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.34.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.34.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.35.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Reajuste**

**7.36.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado e 04/02/2026.

**7.37.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.38.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.39.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.40.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**7.41.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.42.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.43.** O reajuste será realizado por Termo Aditivo.

**Cessão de crédito**

**7.44.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**7.45.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.46.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**7.47.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**7.48.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

**7.49.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

**8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**8.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**8.3. Multa:**

**8.3.1.** Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

**8.3.2.** Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

**8.3.3.** Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

**8.3.4.** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

**8.3.4.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**8.3.5.** Compensatória, calculada na forma do edital ou do contrato, sendo que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimo por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**8.4.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**8.5.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**8.6.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**8.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.8.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**8.10.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**8.11.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.12.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.12.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.12.2.** peculiaridades do caso concreto;
- 8.12.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.12.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.12.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.13.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**8.14.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.15.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**8.16.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.17.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, com base no critério de julgamento técnica e preço.

**9.2.** O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço global.

**9.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**9.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**9.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**9.9.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.13.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.14.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.15.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.16.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.17.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**9.18.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**9.19.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9.20.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ;

e

III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

**9.21.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**9.22.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**9.23.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

**9.24.** Registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) da empresa e do responsável técnico, mediante comprovação atualizada do correspondente CRC;

**9.25.** Atestados de capacidade técnica de Qualificação técnico-operacional, emitidos/fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado a favor (em nome) da empresa licitante ou de qualificação técnico-profissional a favor (em nomes) das pessoas físicas do quadro funcional da licitante, compreendendo sócios, empregados terceirizados, **comprovando a experiência mínima de três anos na execução de serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto, à órgãos/entidades da administração pública, devendo neles estarem consignados os serviços de maiores relevâncias, como:**

a-1) Devem constar a experiência (aptidão) **em contabilidade pública, obrigatoriamente alcançando as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e recepcionadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN**, com a seguinte abrangência: demonstrações contábeis (balanço orçamentário, financeiro, patrimonial, demonstração da variações patrimoniais e fluxo de caixa); balancete mensais, trimestrais e anuais, prestações de contas trimestrais, prestações de contas anuais, proposta orçamentária e reformulações (abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, por incorporação ou decorrentes de anulações e sua execução, além de patrimônio; licitação pública; orientação técnica em processos administrativos (como contratos, termos aditivos), bem como relacionada a demandas oriundas do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

a-2) A experiência prévia não precisa ser exatamente idêntica à do objeto que se pretende licitar, mas **pertinentes e compatíveis em características com o objeto deste Edital**, desde que a aptidão seja comprovada em serviços prestados a órgãos públicos;

a-3) A exigência não inferior a três anos encontra-se abrigada pelo subitem 9.1.13 do Acórdão nº 1214/2013 – TCU – Plenário - Processo nº TC 006.156/2011-8;

**9.26.** Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade onde esteja estabelecida a sede e a filial da licitante (se possuir), comprovando a(s) inscrição (ões) e habilitação(ões) para o exercício profissional da empresa licitante e dos profissionais do seu quadro funcional, que prestarão os serviços objeto desta licitação, compreendidos os sócios, os empregados e terceirizados;

**9.27.** Comprovação da empresa licitante, por meio de documentos que confirmem que os empregados pertencem ao seu quadro permanente, por meio de Registros em Carteiras de Trabalho, Contratos de Trabalho, Fichas de Registros de Empregados ou equivalentes hábeis; enquanto os terceirizados deverão ser comprovados por meio de instrumentos contratuais, ou outras avenças hábeis, que confirmem a relação jurídica destes com a empresa licitante.

## **10. PROPOSTA TÉCNICA**

A Proposta Técnica será avaliada sob os aspectos da experiência prática (aptidão) da empresa licitante, bem como das pessoas físicas do quadro funcional da licitante (sócios, empregados e terceirizados), será por meio de comprovação de que já prestaram serviços **pertinentes e compatíveis em características com o objeto deste Edital, a órgãos públicos, principalmente na área de contabilidade pública**, da seguinte forma:

### **Experiência (aptidão) da empresa licitante**

**10.1** A avaliação da experiência prática (aptidão) da empresa licitante se dará:

**10.1.1** Pelos prazos de contratos (constantes nos instrumentos contratuais ou equivalentes permitidos) firmados pela empresa licitante, com órgãos/entidades da administração pública, autenticados por cartório ou reconhecidos por órgãos públicos, ou cópias acompanhadas das originais para certificação.

**10.1.2** Por meio de Atestados de Capacidade Técnica (Qualificação técnico-operacional), emitidos/fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado a favor (em nome) da empresa licitante, **autenticados por cartório ou reconhecidos** pelos órgãos contratantes (art. 19-, II, da Constituição Federal), ou cópias acompanhadas das originais para certificação.

**10.1.3** A forma de pontuação será de 05 (cinco) pontos para cada ano de contrato, ou de atestados de capacidade técnica, não sendo admitida justaposição, ou duplicidade.

**10.1.4** A pontuação máxima permitida, no universo de 80 pontos, sem a inclusão das frações menores que 01 (um) ano, entendidas: meses e dias.





CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

Entes públicos contratantes:	Períodos dos contratos:	Quantidades de anos, sendo aceitos somatório de meses e dias:	Grade de Pontuação:
	Contratos [ ] períodos: .... Atestados de capacidade técnica: [ ] períodos:...		
Soma com as frações menores que 01 (um) ano, entendidas: meses e dias.		-	
*Exclusão (-)			
Somas sem as frações menores que 01 (um) anos, entendidas: meses e dias.			
Total de pontuação máxima permitido, no universo de 80 pontos, sem a inclusão das frações menores que 01 (um) ano, entendidas: meses e dias.			

\* Somente haverá exclusão quando o total do item, com anos e frações menores que 01 (um) ano, ultrapassar o limite permitido de 80 (oitenta) pontos.

**Experiência (aptidão) dos sócios, empregados ou terceirizados:**

**10.2** A avaliação da experiência prática (aptidão) dos sócios, empregados ou terceirizados se dará:

**10.2.1** Pelos prazos de contratos firmados pelos sócios, empregados ou terceirizados com órgãos públicos (constantes nos instrumentos contratuais ou equivalentes permitidos pela legislação vigente), individualizados, autenticados por cartório ou reconhecidos pelo órgão contratante (art. 19, II, da Constituição Federal), ou cópias acompanhadas das originais para certificação

**10.2.2** Por meio de Atestados de Capacidade Técnica (qualificação técnico-profissional), emitidos/fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, à favor (em nome) das pessoas físicas (sócios, empregados e terceirizados), registrados/arquivados no correspondente CRC, individualizados, autenticados por cartório ou reconhecidos pelos órgãos contratantes (art. 19, II, da Constituição Federal), ou cópias acompanhadas das originais para certificação.

**10.2.3** Por meio de registro em carteiras de trabalho; livros de registros de empregados ou equivalentes válidos; publicações na imprensa oficial, principalmente acerca da aptidão em contabilidade pública;

**10.2.4** A forma de pontuação será de 05 (cinco) pontos para cada ano de contrato, ou de atestados de capacidade técnica, não sendo admitida justaposição, ou duplicidade.

**10.2.5** A pontuação máxima permitida, no universo de 20 pontos, sem a inclusão das frações menores que 01 (um) ano, entendidas: meses e dias.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

Entes públicos contratantes:	Períodos dos contratos:	Quantidades de anos, sendo aceitos somatório de meses e dias:	Grade de Pontuação:
	Contratos [ ] períodos: .... Atestados de capacidade técnica (qualificação técnico-profissional:: [ ] períodos:.. Carteiras de Trabalho; livro de registros de empregados, ou equivalentes válidos: [...] períodos... Publicação da imprensa oficial [...] Períodos:		
Soma com as frações menores que 01 (um) ano, entendidas: meses e dias.		-	
*Exclusão (-)			
Somas sem as frações menores que 01 (um) anos, entendidas: meses e dias.			
Total de pontuação máxima permitido, no universo de 20 pontos, sem a inclusão das frações menores que 01 (um) ano, entendidas: meses e dias.			

\* Somente haverá exclusão quando o total do item, com anos e frações menores que 01 (um) ano, ultrapassar o limite permitido de 20 (vinte) pontos.

**10.3** O máximo de pontos permitidos na grade de pontuação para mensurar a experiência (aptidão) da pessoa jurídica da licitante será de 80 (oitenta) pontos; enquanto para mensurar a experiência (aptidão) das pessoas físicas (sócios, empregados e terceirizados), do quadro profissional da licitante será de 20 (vinte) pontos, totalizando 100 (cem pontos) os dois itens.

**10.4** A licitante que por algum motivo pontuar (computar) na grade de pontuação destinada a pessoa jurídica e na grade de pontuação destinada as pessoas físicas (sócios, empregados e terceirizados), os mesmos contratos, simultaneamente, alcançando os mesmos períodos, nos mesmos órgãos públicos, será desclassificada, por traduzir justaposição, ou duplicidade.

**10.5** A análise das propostas técnicas será realizada por Comissão a ser designada, conforme estabelecido pelo Art. 10 da IN SEGES/MGI nº 3 de 2023.

**10.6** Pontuação das propostas técnicas e classificação das licitantes

**10.6.1A Pontuação técnica obtida (T1)** será calculada da seguinte forma: **T1 = N1 + N2**, onde:



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

T1 = Pontuação técnica obtida,

N1 = Somatório da pontuação obtida – Experiência (aptidão) da empresa licitante e

N2 = Somatório da pontuação obtida – Experiência dos sócios empregados e terceirizados

**10.6.2A Nota final da proposta técnica (NT)** será calculada da seguinte forma:

**NT = 100 \* (PT / T2)**, onde:

NT = Nota final da proposta técnica obtida,

T1 = Pontuação técnica obtida

T2 = Máxima pontuação técnica atribuída entre todos os licitantes

**10.6.3A Nota Final (NF)** será calculada da seguinte forma: **NF = (70 \* NT + 30 \* NP) / 100**, onde:

NF = Nota Final

NT = Nota final da proposta técnica obtida

NP = Nota da proposta de preços

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.1** O custo estimado total da contratação é de R\$ 192.320,00 (cento e noventa e dois mil e trezentos e vinte reais).

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão sob o elemento de despesa 6.3.1.2.03.01.001 - Consultoria Contábil consignado no Orçamento de CRECI-SP para o exercício de 2026.

**12.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Plano Orçamentário respectivo e liberação dos créditos correspondentes mediante Termo Aditivo.

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, 27 de janeiro de 2026.

**Rafaela Gonçalves de Avila**  
Setor de Contabilidade

**ANEXO II**  
**CONCORRÊNCIA Nº 90002/2026**

**MODELO PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS**  
(Papel Timbrado da Licitante)

**Objeto:** Contratação de serviços de assessoria/consultoria na área de contabilidade pública.

São Paulo, ..... de ..... de 2026.

Ao

Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 2ª Região.

**Ref.: Proposta Comercial**

Item	Especificação Completa	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal	Valor Anual
01	Assessoria Contábil - Financeira	Meses	12	R\$	R\$
<b>PREÇO TOTAL = R\$ ..... (valor por extenso)</b>					

Validade da proposta: .....

Condições de pagamento: .....

Prazo de execução:.....

Declaramos atender todos os itens do Edital.

**Dados da Empresa:**

Razão Social: .....

CNPJ: .....

Endereço: .....

Telefone: .....

E-mail:.....

Banco:..... – Conta:..... – Agência:.....

**Dados do responsável para assinatura do contrato:**

Nome: .....

Cargo: .....

Identidade: .....

CPF: .....

Declaramos atender todos os itens do Edital.

Atenciosamente,

.....

(representante legal)

(nome/cargo)



ANEXO III  
CONCORRÊNCIA Nº 90002/2026

TERMO DE MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº XXX/2026 VISANDO A CONTRATAÇÃO  
DE SERVIÇOS DE  
ASSESSORIA/CONSULTORIA NA ÁREA  
DE CONTABILIDADE PÚBLICA, QUE  
CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO  
REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS  
DA 2ª REGIÃO E ...

O CONSELHO REGIONAL DE  
CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO – CRECISP, autarquia federal, CNPJ sob nº 62.655.246/0001-59, com sede na Rua Pamplona, nº 1200, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 01405-001, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Augusto Viana Neto, brasileiro, casado, corretor de imóveis, e pelo Sr. Francisco Pereira Afonso, brasileiro, casado, corretor de imóveis, nomeados pelo Termo de Posse regularmente registrado sob nº 3.740.890 no Livro de Registro B do 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo na data de 4 de julho de 2024, firma com a empresa que se sagrou vencedora no certame ..., inscrita no CNPJ sob nº ..., com sede na ..., nº ..., bairro ..., na cidade de São Paulo/SP, CEP: ..., adiante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) ....., tendo em vista o que consta no **Processo SECOM nº 090/2025**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Concorrência 90002/2026**, com adoção do critério de julgamento **técnica e preço**, em observância às disposições do artigo 28, inciso II, da Lei 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para realização de **serviços de assessoria/consultoria na área de contabilidade pública, com domínio das normas de brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como: NBC T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11, com as suas alterações, destacando-se a NBC T 16.6, que prevê os seguintes demonstrativos: Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; incluindo os anexos de Restos a Pagar; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (incluída pela Resolução CFC nº 1.437/13); Notas Explicativas (incluída pela Resolução CFC nº 1.437/13); bem como em relação a NBC T 16.10, com os conceitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) e valor justo que também sofrerem alteração; e da NBC T 16.11 de que trata de Sistema de Informação de Custos do Setor Público, alcançando as NBC TG – Normas Técnicas Gerais: Estrutura Conceitual aplicadas ao Setor Público, recepcionadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com suas alterações, de forma a cumprir, também, as determinações do Sistema COFECI/CRECI's. A contratação alcançará: patrimônio e sistema de patrimônio; contabilidade pública aplicada ao setor público, de acordo com as exigências do Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição, e sua evolução, conjugadas com o Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno do Sistema COFECI/CRECISP; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; atos e fatos contábeis do setor público; registros (lançamentos contábeis manuais, por eventos e de forma integrada por importação); controle interno, incorporações, baixas e depreciação**



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

mensal de bens móveis e imóveis (regime de competência); amortização mensal do ativo intangível (regime de competência); avaliação, reavaliação e mensuração de ativos e passivos; sistema de formação de custos, além de outras atribuições como: domínio em licitações públicas, de todas as modalidades e tipos; contratos administrativos e privados e termos aditivos; respostas a diligências, audiência e citações decorrentes ou não de prestações de contas ordinárias, Tomadas de Contas Especiais (TCE), preparação de respostas técnicas acerca de denúncias, representações e solicitações do Tribunal de Contas da União; demandas do Ministério Público Federal ou da justiça federal, ou do COFECI, em matérias pertinentes ao objeto, conforme condições, quantidades e exigências, nos termos da tabela abaixo e de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2. Objeto da contratação:**

Item	Especificação Completa	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal	Valor anual
01	Assessoria Contábil - Financeira	Meses	12	R\$	R\$
<b>PREÇO TOTAL = R\$ ... (valor por extenso)</b>					

**1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

- 1.3.1. O Termo de Referência, anexo a este contrato;
- 1.3.2. A Proposta da CONTRATADA;
- 1.3.3. O Edital de licitação – Concorrência nº 90002/2026.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**2.2. O início da execução do objeto será em até dez dias após a assinatura do contrato ou documento equivalente, conforme item 5.1 do Termo de Referência.**

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;

2.3.3. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.3.4. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam Termo de Referência, especificamente em seus itens 5 e 6.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ ....

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, de acordo com o previsto no item 7.30 do Termo de Referência (“Prazo de pagamento”).

**6.2.** No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária, consoante item 7.31 do Termo de Referência (“Prazo de pagamento”).

**6.3.** A CONTRATADA deverá observar a obrigação de junto à assinatura do contrato e devolução enviar uma minuta da nota fiscal para análise por parte da assessoria contábil do CONTRATANTE.

**6.4.** O CONTRATANTE, por ser autarquia federal, sujeita-se às normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, no tocante a retenção de tributos, por tal motivo poderá o CONTRATANTE, quando da liquidação, abater do valor a pagar o montante correspondente à retenção.

**CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no **prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/02/2026**, conforme item 7.36 do Termo de Referência (“Reajuste”).

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, do **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**7.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**7.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por termo aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

**8.1.5.** Comunicar à empresa para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei nº 14.133/2021;

**8.1.6.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;

**8.1.7.** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no item 8 do Termo de Referência;

**8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**8.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.8.2.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (dias).

**8.1.9.** Comunicar à CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do artigo 93, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/2021;

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo com exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



**CRECI - 2ª REGIÃO**

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**9.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**9.3.** Corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**9.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

**9.5.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

**9.5.1.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**9.5.2.** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**9.5.3.** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

**9.5.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**9.5.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.6.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta.

**9.7.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, letra d, da Lei nº 14.133/2021.

**9.8.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

**9.9.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

**9.10.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

**9.11.** Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

**9.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar preposto para atender na Sede da CONTRATANTE, situada na Rua Pamplona, nº 1200 – Jardim Paulista, no município de São Paulo/SP, mensalmente por dois dias úteis, conforme disponibilidade da CONTRATADA, das 08h30min às 17h30min, de acordo com o item 4.25 do Termo de Referência.**

**9.12.1.** O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o CONTRATADO designará outro para o exercício da atividade.

**9.12.2.** Além do disposto acima, a CONTRATADA, por intermédio do preposto, ou pessoa com poderes equivalentes deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro)





CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos para realização dos serviços, com a devida comprovação.

**9.13.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

**9.14.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

**9.15.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que, eventualmente, venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados), por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não haverá exigência da garantia de execução do contrato, **mas o CONTRATANTE poderá reter do montante valores com a finalidade de assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimento de valores devidos pela CONTRATADA**, nos termos do item 4.38 do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no item 8 do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**13.2.1.** Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do CONTRATADO, devendo ser observada a regra do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021 para contagem deste prazo.

**13.3.** O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no artigo 138, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/2021.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**13.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.6.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.7.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.7.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.7.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.7.3.** Das indenizações e multas.

**13.8.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**13.9.** O CONTRATANTE poderá ainda:

**13.9.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

**13.9.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

**13.10.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**14.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal  
**Conselho Regional de Corretores de Imóveis**  
Estado de São Paulo

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do CRECI da 2ª Região (CRECISP), elemento de despesa 6.3.1.2.03.01.001 (consultoria contábil), referente ao exercício de 2026. **Nota de empenho nº xxxx/2026.**

**15.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Plano Orçamentário respectivo e liberação dos créditos correspondentes mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e ao artigo 8º, parágrafo 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c artigo 7º, parágrafo 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal da capital de São Paulo, no estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

São Paulo, ... de ... de 2026

**CONTRATANTE**

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO – CRECISP**

**José Augusto Viana Neto**  
Presidente

**Francisco Pereira Afonso**  
Diretor Tesoureiro

**CONTRATADA**

**xxx**

Representante legal  
(cargo)

**TESTEMUNHAS:**

.....  
NOME:

.....  
NOME: